



GT 75. Retomadas e re-existências indígenas e negras

Coordenador(es):

Cauê Fraga Machado (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sandro José da Silva (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo)

Sessão 1

Debatedor/a: João Daniel Dorneles Ramos (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sessão 2

Debatedor/a: Luiza Dias Flores (UFAM - Universidade Federal do Amazonas)

Sessão 3

Debatedor/a: Sonia Regina Lourenço (Universidade Federal de Mato Grosso)

A antropologia vem tradicionalmente tratando territorialidades negras, quilombolas e indígenas – especialmente do Nordeste – nas chaves analíticas da invenção da tradição, da etnogênese, da fricção interétnica, da reminiscência e da plasticidade identitária. Esses conceitos, além de estarem, na maioria das vezes, atrelados a relação desses coletivos com o Estado-nação, privilegiam apenas as relações políticas entre agentes humanos. Etnografias mais contemporâneas, vêm apresentando dados nos quais categorias nativas como as de retomada e resistência – não apenas como reagente, mas como re-existir – territorial e existencial, quando tomadas como conceitos descrevem diferentes vínculos entre actantes dos mais diversos modos de existência. Esses entes produzem reflexões cosmopolíticas e modos de agir com (ou contra) o Estado-nação de modos antes insuspeitos. Não pela via da memória ou da prova, mas pela cosmologia e relacionalidade estendida a todos existentes, recupera-se algo dado como perdido, inexistente. São “identidades” e territorialidades que sempre existiram, mas estavam aguardando momento propício para se realizar, retomando terras, práticas, contato com seres, objetos, linguagens sem que essas nunca tenham sido perdidas de fato. Nesse GT, privilegiaremos trabalhos etnográficos e reflexões teóricas acerca desse novo cenário no qual indígenas e coletivos negros reclamam sua existência.

Mulheres do Ganga: dança, canto, afirmação e persistência quilombola em Minas Gerais

Autoria: Jaqueline Cardoso Zeferino (UFV - Universidade Federal de Viçosa)

Esta proposta tem como objetivo refletir sobre as práticas político-pedagógicas protagonizadas por mulheres da Comunidade Quilombola do Bairro de Fátima, situada em um contexto urbano, na cidade de Ponte Nova - Minas Gerais. Em 1988, dezesseis adolescentes orientadas por duas mulheres adultas fundaram um grupo de dança afro-brasileira inspiradas nas bandas de samba-reggae e nos blocos afro soteropolitanos com o objetivo de “afirmar a identidade e a cultura afro local?”. Há mais de três décadas, o Grupo Afro Ganga Zumba - uma entidade sociocultural e educativa engajada na ampliação dos espaços de participação social, cultural e política da população negra e quilombola - dança e canta sua relação com a ancestralidade, com o território e com o racismo. Pelos espaços públicos e privados da cidade e região grafam seus corpos, vozes e saberes negros em resposta às políticas de exclusão e silenciamento a que são confrontadas/os cotidianamente. Assim, o quilombo e o ser quilombola enquanto uma questão racial e territorial vai se emaranhando às práticas de dança e canto das mulheres da Comunidade de Fátima que, representando uma coletividade, fundam um fazer político-pedagógico peculiar na Zona da Mata mineira um vez que enlaça concepções próprias de educação, poética, estética e política assentadas no feminino, na comunidade e no corpo, bem como no que nomeiam de “persistência”: uma maneira coletiva e criativa de afirmação e re-existência negra-



**Reunião Brasileira
de Antropologia**

SABERES INSUBMISSOS:
DIFERENÇAS E DIREITOS
RIO 2020

www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA

ISBN: 978-65-87289-08-3

quilombola.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: